

A RELEVÂNCIA DURADOURA DO PODER NAVAL: REFLEXÕES SOBRE DEFESA, SEGURANÇA E PROJEÇÃO DE PODER DA FRONTEIRA MARÍTIMA

Samuel Oyewole¹
Abiodun Duyile²

Introdução

Os mares, oceanos, rios e outros corpos d'água desempenharam papéis essenciais no avanço da civilização humana. O mar, ou os corpos d'água em geral, constituem uma das fronteiras que estão à disposição da humanidade para promover o desenvolvimento e os interesses de segurança. Outras fronteiras são a terra, o espaço aéreo e o espaço sideral. Ao lado da terra, que é um habitat natural, o mar é a segunda fronteira mais antiga e mais explorada para apoiar a sobrevivência e o progresso humano. Isso não é uma surpresa, dado que 71 por cento da superfície do planeta Terra é coberta por oceanos e mares, e os 29 por cento que são cobertos por terra são amplamente divididos por esses grandes corpos d'água (Luard 1977). Até o recente avanço com aeronaves e tecnologias de comunicação baseadas ou com suporte no espaço, o transporte marítimo e a comunicação fornecem meios exclusivos (e continuaram a servir como os principais) para transcender esta divisão planetária através dos tempos (Oyewole 2015). Dessa forma, o ato de promover interesses estratégicos, como transporte, comércio, mineração, produção de alimentos, defesa, segurança, projeção de poder, prestígio, pesquisa e comunicação por meio dos corpos d'água não pode ser dado como certo. Esses, entre outras coisas, podem ser chamados de elementos do poder marítimo.

O mar é uma fronteira estratégica com diversos potenciais para o desenvolvimento e a segurança dos Estados que compartilham desse limite,

¹ Professor de Ciência Política na Universidade Federal Oye-Ekiti, Nigéria.

² Professor do Departamento de História e Estudos Internacionais da Ekiti State University, Nigéria.

têm acesso e capacidade para utilizá-la e controlá-la. Portanto, é uma fronteira na política de poder, ou seja, na luta pelo poder entre as nações nas relações internacionais (Jung-pang 2012; Mahan 1890; Synge 2010; Wescott 1918; Willmott 2009). Essas, entre outras coisas, necessitaram do desenvolvimento de forças militares especializadas para operar no mar, ou seja, a marinha, que deve defender e promover os interesses do Estado patrocinador, especialmente quando eles são contestados por ou em um conflito com outros Estados. No entanto, a ascensão das potências aéreas, nucleares e espaciais no século 20 afetou os papéis e a relevância do poder naval na defesa, segurança e política de poder. Todavia, o poder naval continua mantendo sua relevância.

Este artigo procura examinar essa dimensão militar do poder marítimo, isto é, o poder naval, e sua relevância duradoura para as estratégias de defesa e segurança, bem como para a projeção de poder e para a política. Espera-se preencher a lacuna entre a história distante e recente do poder naval e capturar suas dinâmicas de mudança em meio à ascensão das potências aéreas, nucleares e espaciais. Para tanto, este artigo está subdividido em cinco seções. A próxima seção fornece o esclarecimento conceitual do poder naval como parte integrante do poder marítimo. A segunda seção examina a instrumentalidade da marinha pelo Estado. A terceira seção enfoca na evolução do poder naval até sua era de ouro, enquanto a seção subsequente examina sua relevância duradoura em meio ao surgimento das potências aéreas, nucleares e espaciais. Estes são seguidos por uma seção que fornece uma reflexão final sobre o artigo.

O Conceito de Poder Naval no Âmbito do Poder Marítimo

O conceito de poder marítimo tem vários significados. Foi definido em termos militares, econômicos e políticos. O poder marítimo tem sido associado ao transporte marítimo, força marítima, construção de navios, reparos de navios, portos, pesca, indústria offshore, hidrografia, oceanografia e as atividades resultantes deles (Chang, 2012; Edgerton 2013; Herbert-Burns et al. 2009). Portanto, representa um sistema entrelaçado de utilização do mar, para fins civis e militares, que tem o potencial de promover os interesses de um Estado, incluindo contribuições de poder do Estado patrocinador (Grove 1990; Mahan 1890). O poder “do mar” é sinônimo de poder marítimo e representa um dos muitos instrumentos da orquestra do poder que os Estados utilizam na busca de seus interesses nacionais. Os elementos do poder marítimo, em termos estratégicos, consistem em frotas comerciais florescentes com forças navais eficazes, bases, ancoradouros, portos e uma

frota oceanográfica.

Um aspecto importante do poder marítimo, mais especificamente para o estudante de estudos militares e estratégicos, é o poder naval, que significa simplesmente a disputa pelo poder no mar (Mahan 1890; Wescott 1918). Este é o poder militar implantado e empregado no mar ou a partir do mar. O poder naval tem sido associado à navegação, à exploração, ao comércio e sua proteção, à campanha militar e à projeção de poder no mar ao longo dos anos (Cumings 2009; Gilbert 2008; Jung-pang 2012). Os defensores dos poderes navais nos séculos 18 e 19 acreditavam amplamente que as marinhas tinham dois objetivos principais: a proteção do comércio e a aquisição de estações, colônias e bases em terras distantes (Mahan 1890; Wescott 1918; Synge 2010). O poder naval também é central para a defesa nacional e do império e para o policiamento colonial no início do século 20, bem como para a dissuasão estratégica durante a Guerra Fria (Willmott 2009). Como será mostrado neste estudo, porém, as missões de uma marinha cobrem amplamente funções militares, diplomáticas e policiais (Booth 1977; Kraska 2011).

O poder naval é a operacionalização do poder militar no mar, acima ou abaixo dele. As marinhas foram radicalmente transformadas com uma série de avanços nas tecnologias de guerra no mar. Ao longo do tempo, as marinhas operaram no mar e desembarcaram tropas (exército ou forças marítimas) em terra com vários navios de superfície. No entanto, o advento do porta-aviões e do poder aéreo naval associado no início do século 20 tornou possível à marinha operar no ar acima do mar (Bowman 1999; Gates 2003; O'Brien 2015). Ao mesmo tempo, a invenção do submarino possibilita que eles operem sob o mar. As plataformas marítimas também cresceram em sua capacidade de entrega. Antes do século 20, as plataformas navais só podiam lançar bombardeios de superfície a superfície. Neste caso, a superfície é geralmente um alvo próximo, principalmente a plataforma marítima, e a terra, mais especialmente a comunidade costeira e instalações associadas, como portos, bases e complexos industriais. O avanço na tecnologia de mísseis com trajetórias de longo alcance e sistema de orientação possibilitou às marinhas expandir o alcance de suas operações em terra e no mar além do limite de sua localização imediata, bem como registrar sua presença no ar e no espaço (Camille 2011; Klein 2006; Van Riper 2004). Em meio a eles, agora existem lançadores orbitais de plataformas marítimas. As tecnologias de radar e antirradar, bem como os satélites de navegação, também deram ao poder naval suas dimensões cibernéticas e espaciais. Consequentemente, o poder naval foi interligado com os poderes aéreo, cibernético, terrestre e espacial, ao mesmo tempo que mantém suas raízes no poder marítimo.

O poder naval é um dos fatores que permitiu aos Estados avançarem

para a fileira das Grandes Potências. O mar permanece, como Mahan (1890) escreveu, “uma grande rodovia ... um amplo caminho comum sobre o qual os homens podem passar em todas as direções.” Pedro, o Grande, da Rússia disse uma vez: “Todo potentado que tem apenas forças terrestres tem apenas uma mão, mas quem tem também uma marinha tem as duas mãos (Wood 2007).” Assim, o General Henry Hithles, do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos, afirma que “o caminho da jornada do homem através dos tempos está repleto de destroços de nações que, em suas horas de glória, esquecem sua dependência do mar (The Nigerian Military 1988).” Pandit Nehru, o grande pensador político indiano, disse certa vez que “para ser protegido em terra, você deve ser supremo no mar” (The Nigerian Military 1988). No século 16, Francis Bacon afirmou que “aquele que comanda o mar está em grande liberdade e pode tirar tanto ou pouco da guerra quanto quiser (Wescott 1918).” A doutrina do poder marítimo é construída na suposição de que qualquer nação que obtenha benefícios do mar não pode simplesmente virar as costas para ele (Mahan 1890; The Nigerian Military 1988).

A Marinha como Instrumento de Poder do Estado

A necessidade de ter uma marinha poderosa é consequência da posição geográfica de uma nação e de seu desejo de influenciar o comportamento de outros Estados e, assim, alcançar seus interesses e objetivos nacionais. A fonte e o significado do poder nacional residem na importância política, econômica e estratégica da utilização do mar, que exige que uma nação tenha uma marinha. A maioria dos estados litorâneos desenvolveu-se e, em grande medida, dependem de seus entornos marítimos para aumentar a prosperidade de sua economia. Portanto, muitos países, especialmente os litorâneos, desenvolveram seus interesses nacionais para garantir a navegação segura em suas águas imediatas. Os interesses nacionais dos países mais poderosos iam desde passagem segura, exploração e, em alguns casos, o controle do mar em suas regiões imediatas ou globalmente (Cumings 2009; Borressin 2004; Jung-pang 2012; Mahan 1890; Synge 2010; Wescott 1918; Willmott 2009).

A Marinha geralmente serve a um Estado como instrumento de política e contribui para suas capacidades de poder por meio de funções militares, diplomáticas e policiais. Consequentemente, as forças navais são geralmente organizadas estrategicamente para servir a esses propósitos. Diferentes especializações e sub-especializações são frequentemente projetadas, e o treinamento do pessoal é frequentemente adaptado de acordo com elas, após o treinamento geral inicial. Da mesma forma, diferentes plataformas e sistemas

de armas são projetados, designados e implantados para diferentes tipos de guerra entre outras operações. O conceito de uma frota equilibrada pressupõe que uma marinha tenha uma variedade de plataformas para se envolver em diferentes formas de operação, dependendo da percepção das ameaças, dos recursos disponíveis e do nível de risco que uma nação está preparada para assumir ao fornecer adequadamente para a eventualidade (Borressin 2004). A capacidade de exercer o poder naval exigido de uma nação é amplamente baseada em uma “marinha equilibrada” (Grove 1990).

O principal papel de uma marinha é a função militar: engajamento na guerra para defender pátria contra o inimigo visado e atacar um alvo para defender os interesses do Estado patrocinador. As capacidades navais podem ser desdobradas e empregadas de maneiras limitadas ou em sua totalidade, dependendo da aposta para os interesses nacionais do Estado em questão. Da mesma forma, as capacidades navais podem ser desdobradas e empregadas independentemente ou em colaboração com outras forças armadas, como uma força-tarefa combinada, na guerra. Em qualquer caso, o objetivo de qualquer marinha na guerra é derrotar o inimigo por meio da destruição de suas forças, bem como de suas capacidades materiais e a vontade de combate associada. Portanto, as operações navais são planejadas para promover os interesses táticos, que por sua vez devem promover os interesses militares e, em seguida, os interesses nacionais estratégicos do Estado (Bartholomees 2008; Elleman 2004; Gray 2002).

Idealmente, a realização de objetivos militares deve promover e implicar a realização de objetivos nacionais, mas em muitos casos os objetivos nacionais requerem a integração do sucesso militar com instrumentos não militares do poder nacional por meio da política (Bartholomees 2008; Gray 2015; 2016). Aparentemente, a guerra é uma continuação da política por outros meios: é precedida e sucedida pela política (Clausewitz 1982). Isso envolve uma grande estratégia; ‘grande’ porque integra todos os elementos militares e não militares relevantes do poder nacional, e ‘estratégia’ porque esses elementos do poder nacional são organizados dentro de uma estrutura de política coerente e cuidadosamente planejada e implementada para atingir os objetivos nacionais determinados (Gray 2015; 2016; Morgenthau 2006). Logo, os interesses navais são parte integrante dos objetivos militares que geralmente estão incluídos nos interesses nacionais, que com frequência cobrem questões de desenvolvimento e trajetórias de segurança, e suas implicações para as ordens domésticas e internacionais, incluindo distribuição e o equilíbrio regional e global de poder (Morgenthau 2006; Yakubu 2010).

Embora o papel principal da marinha seja a guerra, ela encontrou muitos outros papéis em tempos de paz. O poder naval é um dos instrumentos

essenciais para dissuadir a eclosão de conflitos armados, exercendo influência e pressão sobre um alvo como parte das atividades diplomáticas para influenciar outros atores e garantir a concessão e o cumprimento do corpus desenvolvido de leis e regulamentos internacionais que impedem que o ambiente marítimo se dissolva no caos (Grove 1990). Em tempos de paz, a Marinha geralmente enfatiza o aprimoramento das capacidades, incluindo a força do pessoal por meio do treinamento, bem como a manutenção das plataformas existentes e aquisição de novas plataformas e meios de apoio. Estes são essenciais para manter a preparação da força e impedir potenciais ameaças de guerra. A maioria das marinhas em todo o mundo costuma executar tarefas policiais. Isso pode ocorrer na ausência de instituição especializada para guardar a costa e na supressão de insurreições internas entre outros apoios às autoridades civis ou quaisquer outras autoridades constituídas. Entre estes, a marinha também serve o Estado como instrumento de desenvolvimento nacional através de suas pesquisas, bem como patrulhamento e proteção da costa marítima e comércio associado contra bandidos ou ladrões do mar e piratas, dentro da jurisdição marítima e águas internacionais respectivamente.

Como um instrumento da diplomacia, a marinha é usada em um sentido não militar para promover os objetivos políticos de um Estado. A diplomacia naval envolve a criação de uma imagem geral favorável e militar específica no exterior e o estabelecimento de um “direito” do Estado em áreas de interesse, proporcionando garantias aos aliados e nações amigas, influenciando o comportamento de outros governos ou de grupos que cometem crimes marítimos ou outras formas de ação estratégica ameaçando atividades marítimas (Cable 1994; Camille 2011). Entre eles, a diplomacia das canhoneiras se refere ao uso ou ameaça de uso da força naval limitada a fim de garantir vantagem ou evitar perdas, seja em uma disputa internacional ou contra estrangeiros dentro do território ou na jurisdição de seu próprio Estado (Cable 1994). O conceito tornou-se popular no século 19 e foi associado ao controle do mar, projeção de poder em terra por meios anfíbios e presença naval. Essas foram as ideias predominantes por trás das missões das marinhas até o final da Segunda Guerra Mundial, e sua relevância perdura até hoje (Willmott 2009).

O declínio geral nas grandes guerras e o surgimento da Guerra Fria revelaram uma nova dimensão da diplomacia naval, com ênfase na dissuasão. O conceito pode ser expandido ainda mais na era pós-Guerra Fria para incluir visitas amigáveis, treinamento conjunto e capacitação. No entanto, a popularidade da diplomacia naval não diminuiu o lugar principal da guerra na estratégia naval, que também passou por uma série de transformações no tempo e no espaço. É neste contexto que a próxima seção examinará

brevemente a evolução do poder marítimo, com ênfase na marinha.

Evolução e a Era de Ouro do Poder Naval

O papel e a importância do poder marítimo para o Estado-nação e seu equivalente ao longo da história não podem ser subestimados. A história do poder marítimo pode ser rastreada até o Egito antigo, há cerca de 6.000 anos. Esta antiga civilização foi construída com base na capacidade de explorar o Rio Nilo para o sustento básico da comunidade humana, o que foi essencial para o desenvolvimento e a segurança do antigo reino egípcio (Gilbert 2008; Hall 2005). No entanto, a dimensão militar do poder marítimo, o poder naval, tornou-se popular muito mais tarde. Os atenienses, persas, romanos, chineses, ingleses, espanhóis, franceses e americanos, entre outros povos que se desenvolveram em grandes impérios ou status de poder, conceberam capacidades de poder naval renomadas em vários momentos da história.

É um fato histórico que o poder naval desempenhou um papel crucial nas capacidades do poder militar e no status de Atenas, Pérsia e Roma como potências mediterrâneas entre 500 a.C. e 300 d.C. Entre eles, o poder naval foi importante nas guerras greco-persas do século 4 a.C., como fica evidente com a vitória de Atenas contra a Pérsia em Salamina (Tucídides 1928). Nas Guerras Púnicas (264 a.C.-146 a.C.), a marinha romana contribuiu muito para a derrota dos cartagineses, que negaram o uso do poder marítimo e não puderam dar apoio às tropas de Aníbal em terra na Espanha devido ao bloqueio romano do Mar Mediterrâneo. O controle romano do mar forçou Aníbal a uma longa e perigosa marcha pela Gália, onde mais da metade de suas tropas foram perdidas. A batalha naval do Cabo Ecnomus (256 a.C.) destaca-se como uma das batalhas decisivas desta época; foi o golpe mortal para o poder naval cartaginês, com sessenta e quatro navios e sua tripulação capturados e vinte e quatro afundados, os romanos venceram a guerra e a supremacia de seu poder naval foi estabelecida (Silburn 1912).

Com o declínio do Império Romano, que começou no século III d.C., o poder marítimo tornou-se menos pronunciado nas grandes guerras e na dinâmica de poder da então política internacional da Eurásia até o fim da Idade Média (entre os séculos XIV e XV). No Extremo Oriente da Ásia, entretanto, a China desenvolveu suas capacidades marítimas para fins comerciais e militares para se tornar uma grande potência marítima durante os períodos Song do Sul e Yuan, entre os séculos XII e XIV. O poder naval desempenhou um papel importante nas invasões chinesas da Coreia e do Japão entre outras entidades vizinhas nos séculos XII e XIII. O declínio do poder marítimo chinês, que

começou com a morte de Qubilai Qan em 1294, atraiu a subsequente invasão japonesa de 1304 e o aumento da pirataria marítima em meados do século XIV. Posteriormente, os esforços para reconstruir o poder marítimo chinês foram marcados por uma série de explorações comerciais e expedições navais, algumas das quais alcançaram a costa leste da África, especialmente entre 1400 e 1433 (Jung-pang 2012). Isso estabeleceu a China como uma potência marítima líder no Pacífico Oriental e no Oceano Índico durante este período.

No final da Idade Média, a relevância estratégica do poder marítimo ganhou destaque entre os Estados-nação emergentes da Europa, mais especialmente Inglaterra/Grã-Bretanha, França e Espanha. Em meio a isso, a Grã-Bretanha emergiu como a maior potência marítima que o mundo já conheceu antes da Segunda Guerra Mundial. Espanha e Portugal tiveram mais de um século de vantagem sobre a Grã-Bretanha na expedição marítima, da mesma forma que tanto a Holanda quanto a França decolaram na busca pelo poder marítimo antes dos britânicos (Mahan 1890; Silburn 1912). O reinado de Elizabeth foi, no entanto, um ponto de inflexão no desenvolvimento do poder marítimo britânico. Um dos principais indicadores da ascensão do poder naval britânico foi a derrota da Armada Espanhola em 1588 (Chadwick 1915; Mahan 1890; Silburn 1912). O poder naval desempenhou um papel crucial na conquista e nas ambições territoriais do Império Britânico nas Américas, Ásia e África. Da mesma forma, a vitória britânica contra a França na América do Norte deve muito ao poder naval, embora os papéis de apoio da marinha francesa para a revolução americana também tenham feito a Grã-Bretanha renunciar à soberania sobre as treze colônias que formaram os Estados Unidos da América na década de 1770. A marinha britânica também foi um ator importante no esforço que fez da grande política expansionista da França sob Napoleão o “tecido sem base de uma visão” (Mahan 1890). Notavelmente, a marinha britânica derrotou as forças combinadas da França e da Espanha na batalha de Trafalgar em 1805. Estas, entre outras, fizeram da Grã-Bretanha uma potência marítima global do século XIX, um status que deu ao país uma vantagem sobre seus rivais continentais (Lambert 2004).

É neste contexto que houve uma grande luta pelo controle do mar entre as grandes potências no início do século XX. Isso era mais saliente para proteger as linhas de comunicação para aqueles que dependiam do mar para seus suprimentos básicos, especialmente alimentos, combustível, munições e matérias-primas. A necessidade de manter um relacionamento sustentável com os territórios ultramarinos para mobilizações militares e sobrevivência econômica (fontes de matérias-primas para executar as linhas de produção e mercados para bens acabados) também aumentou a importância estratégica das rotas marítimas e seu controle como objeto de defesa e projeção de poder

(Grove 1990; Lambert 2004; Till 1987; Willmott 2009). Esses, entre outros, ficaram evidentes nas dinâmicas políticas que levaram às Guerras Mundiais. Antes disso, no entanto, os Estados Unidos da América e o Japão aderiram ao clube exclusivo das potências marítimas que eram dominadas pelas potências europeias (Cumings 2009; Patalano 2015; Willmott 2010). Ao mesmo tempo, a era de ouro do poder marítimo, quando o poder naval foi considerado um fator decisivo na guerra e nas políticas de poder associadas, começou a declinar (Willmott 2009; 2010). As duas guerras mundiais subsequentemente questionaram a noção clássica de poder naval e afundaram a glória de muitos impérios que foram construídos através dos mares. A ascensão das potências aéreas, nucleares e espaciais altera a noção decisiva de poder naval, que foi amplamente mantida na guerra e na política de poder até o início do século XX. No entanto, a relevância estratégica do poder naval perdurou quando a Guerra Fria substituiu a Segunda Guerra Mundial.

Poder Naval na Era da Guerra Aérea, Nuclear e Espacial

A ascensão do poder aéreo e, posteriormente, das potências nucleares e espaciais, a partir da primeira década do século XX, marcou o fim da Idade de Ouro do poder naval. O poder aéreo é a capacidade de desempenhar funções estratégicas no espaço aéreo. O advento das aeronaves modernas e sua adoção militar e utilidade na guerra, a partir do início do século XX, significam a ascensão do poder aéreo. Os italianos fizeram história pelo uso de aeronaves modernas para reconhecimento e bombardeio contra as forças otomanas em Trípoli em 1911 e 1912. Antes disso, outras potências europeias como Grã-Bretanha, França, Alemanha, Áustria-Hungria e Rússia desenvolveram a aviação militar e naval (Gates 2003). Na esteira da Primeira Guerra Mundial em 1914, a Alemanha adquiriu 232 aeronaves militares, enquanto a Rússia tinha 264, a França 165, a Grã-Bretanha 63, a Áustria-Hungria 48 e a Bélgica 16 (Creveld 2011). O poder aéreo desempenhou papel importante na Primeira Guerra Mundial, nos conflitos armados do Entre Guerras e na Segunda Guerra Mundial. A relevância da fronteira aérea suportou ainda a ascensão das potências nucleares e espaciais durante a Guerra Fria e a guerra assimétrica que dominou o período pós-Guerra Fria. Entre eles, o poder aéreo é operacionalizado com ataque aéreo, interceptação, transporte, bem como inteligência, vigilância e reconhecimento (ISR).

A ascensão do poder aéreo minou consideravelmente a importância estratégica atribuída ao poder marítimo antes do século XX. Comparado ao poder marítimo, o poder aéreo oferece uma oportunidade única de operar na terra e no mar. Isso está relacionado às perspectivas de uso de meios aéreos

para transporte, penetração profunda em território hostil, inserção e avaliação de tropas e logística de entrada/saída do teatro de operação, bombardeio de hostis, ISR e interceptação. Isso encorajou alguns estudiosos a defender o poder aéreo como um verdadeiro instrumento que pode proporcionar uma vitória decisiva de forma independente, ou como precursor das forças combinadas (Harding 2005; Till 1987). Em 7 de dezembro de 1941, por exemplo, a campanha aérea japonesa em Pearl Harbor teve grandes impactos destrutivos e desafiou o poder marítimo americano no Pacífico. No entanto, a eficácia e as perspectivas do poder aéreo foram prejudicadas pelo surgimento dos sistemas de defesa aérea, que têm componentes terrestres, marítimos e aéreos. Em meio a isso, o poder marítimo é crucial para negar área e defesa nacional dos Estados costeiros (Murfett 2003; Pugh 2005). Além disso, o conceito de poder marítimo naval, que está amplamente ligado a aeronaves e, recentemente, porta-helicópteros, mantém a relevância do poder naval na era do poder aéreo.

O surgimento das armas nucleares e do poder a elas associado a partir de meados da década de 1940 tornou-se outro fator importante que questionou a relevância do poder naval conforme concebido por seus proponentes clássicos. O poder destrutivo das armas nucleares é diferente de tudo que o ser humano já viu. Sua perspectiva de exterminar dezenas e centenas de milhares de pessoas tornou-se evidente nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki em 1945, e seu posterior progresso e teste depois disso. A invenção desta arma desempenhou um papel crucial na aceleração do encerramento da Segunda Guerra Mundial, especialmente no Pacífico, e tornou irracional o confronto militar direto entre as superpotências e algumas das grandes potências durante a Guerra Fria. Como resultado, a arma tornou-se um objeto de dissuasão, aumentando o poder de barganha na diplomacia, e um meio de comunicar as intenções de uma nação estrategicamente aos potenciais adversários (Kissinger 1990; Hosti 2001).

Considerando os impactos e potenciais destrutivos das armas nucleares, alguns observadores argumentaram que a guerra pode ser vencida por um Estado com essa capacidade sem a participação da marinha e talvez de outros serviços das forças armadas, seja por mobilização ou mera ameaça de uso da arma (Gorshkov 1974; Seigei 1979). Enquanto isso, o papel fundamental de aeronaves e mísseis no lançamento de armas nucleares resguardou a vantagem inicial do poder aéreo na era do poder nuclear. Porém, o poder naval manteve sua relevância em relação às armas nucleares, principalmente com a proeminência do submarino. Além disso, o poder naval tornou-se um fator importante no equilíbrio de poder ou terror, dado o papel fundamental das armas nucleares armazenadas em submarinos para garantir a Destruição

Mútua Assegurada (DMA) entre as superpotências durante a Guerra Fria. O advento do destruidor de bunker nuclear aumentou as ameaças de destruição total do território nacional com capacidade de retaliação limitada. Em meio a isso, o poder naval possibilita às potências nucleares dissuadir o ambicioso adversário de recorrer ao primeiro ataque, pois o domínio marítimo oferece a oportunidade de manter a capacidade de segundo ataque, que garante retaliação em caso de destruição do território de origem. Embora a limitação dessa opção tenha ocorrido com o advento e o avanço dos sistemas de rastreamento submarino/subaquático, ela continua sendo uma dimensão importante do complexo sistema do mecanismo de dissuasão adotado para defesa, segurança e projeção de poder por potências nucleares.

O advento da era espacial trouxe alguns novos desafios e oportunidades para o poder naval. Os recursos espaciais têm sido usados em conflito, competição e cooperação com diferentes recursos terrestres. O lançamento do *Spotnik*, o primeiro satélite articulado da Terra, em órbita pela União Soviética, em 1957, marcou o início da era espacial. A exploração do espaço aumentou as perspectivas de militarização e armamento da mais alta fronteira. Embora isso não tenha sido atualizado, a ameaça de implantação de armas nucleares em órbita foi levantada com a corrida espacial entre as superpotências durante a Guerra Fria. Isso poderia ter criado uma terceira fronteira impopular de retaliação nuclear. A militarização do espaço comumente aparece na forma de apoio ao comando e controle militar por meio de computadores, comunicações, inteligência, vigilância e reconhecimento (C4ISR). Isso tornou possível rastrear, monitorar e conectar-se com a formação e recursos militares em qualquer lugar do mundo, seja no ar, na terra e no mar ou no mar (Dawson 2018; Klein 2006; Mowthorpe 2004). De forma crescente, o apoio espacial minou ainda mais o mito e a invisibilidade dos poderes militares, inclusive no mar, ao mesmo tempo em que aprimorou o C4ISR naval. Da mesma forma, o advento da plataforma marítima para lançamento orbital e rastreamento, bem como a recuperação de espaçonaves de reentrada, são indicadores-chave da relevância duradoura do poder naval na era espacial.

Considerações Finais

A relevância da concepção tradicional de poder naval é questionada com o advento das tecnologias aéreas, nucleares e espaciais. À luz disso, o termo “controle do mar” ganhou popularidade em vez de “comando do mar” que era popularmente usado por pensadores navais anteriores, como Mahan e Corbett. O controle do mar destina-se a descrever um controle operacional mais realista em áreas limitadas e por períodos limitados. É concebível

hoje exercer temporariamente o controle aéreo, submarino e de superfície em uma área, ao mesmo tempo em que posiciona os navios para projetar poder em terra ou reabastecer as forças ultramarinas durante a guerra (The Nigerian Military 1988). O comando do mar foi modificado em teorias de “controle” ou “domínio” das partes do mar que eram necessárias para o cumprimento de qualquer objetivo particular; portanto, “batalha” não era algo que necessariamente precisava ser buscado, mas deve ser preparado com a perspectiva de sucesso (Richard 2006). O controle do mar continuou igualmente a enfatizar o conceito de navegação protegida, com pelo menos os princípios do comboio amplamente aceitos e previstos, mesmo que não seguissem integralmente os preceitos e “leis” (Grove 1990). No pensamento clássico, o comando do mar sempre teve uma qualidade reversa: negação de seu uso pelo inimigo; no controle do mar, a negação ainda tem lugar (Richard 2006). O argumento aqui não é que o inimigo não possa fazer nada, mas que o inimigo não pode interferir ou ter sucesso em minar o objetivo e as metas das operações tão seriamente a ponto de afetar a estratégia geral da guerra e da política, e que não pode prosseguir com seus próprios objetivos e metas operacionais, exceto em tal risco e perigo para sua própria estratégia implementada.

O controle do mar reconhece as limitações ao controle do oceano trazidas pelo desenvolvimento do submarino, do avião, da era nuclear e até mesmo das leis que regem o uso do mar. No entanto, o conceito de “domínio do espaço de batalha” é mais importante para as marinhas no século XXI do que o controle do mar. Este conceito garante uma presença mais permanente das próprias forças navais ao largo da costa inimiga para desfrutar de todos os benefícios decorrentes de negar ao inimigo o uso da costa (Raja 1998). O objetivo da guerra naval, direta ou indiretamente, continua sendo o de assegurar o controle do mar para o avanço dos interesses nacionais estratégicos do Estado patrocinador e para evitar que o inimigo ou adversários em potencial o protejam ou usem contra tal Estado e seus interesses. É neste contexto que este artigo apresentou a relevância duradoura do poder naval na mudança do ambiente estratégico, que marcou o advento das potências aéreas, nucleares e espaciais desde o século XX.

REFERÊNCIAS

- Abulu, John. 1992. *The Influence of the Law of the Sea on the Nigerian Navy*. Presented Paper, Nigerian Navy Hydrography Department, Nigerian Navy, Apapa: Nigerian Boundary Commission, 1.
- Alfred, Mahan. 1889. *The Influence of Seapower upon History*. New York: Little

Brown.

- Amosu, O.N. 1983. "Anti-Smuggling and Patrols in Eastern Naval Command." *NIIA Conference on Naval Security*. Lagos: NIIA Conference. 87.
- Bartholomees, Boone. 2008. *Theory of War and Strategy*, 3rd ed. Vol.1. US Army War College.
- Booth, Ken. 1977. *Navies and Foreign Policy*. London, England: Croom Helm.
- Borressin, Jacob. 2004. "The Sea Power of the Coastal States." In *Navies in Northern Waters*, by R. Hobson, edited by R.Hobson T. Kristainsen, 257. New York: Cass Frank.
- Bowman, Martine W. 1999. *Shades of Blue: US Naval Air Power since 1941*. England: Airlife Publishing Ltd.
- Bruce A. Elleman, S.C.M Paine. 2004. "Naval Expeditionary Warfare and the Future of Sea Power." In *Naval Power and Expeditionary Warfare; Peripheral Campaigns and New Theatre of Naval Warfare*, by Bruce A Elleman S.C.M Paine, edited by Bruce A Elleman S.C.M Paine, 197. New York: Routledge.
- Cable, James. 1994. *Gunboat Diplomacy, 1919-1991*. London: Macmillan.
- Chadwick, Ensor. 1915. *The American Navy*. New York, New York: Double Day and Page.
- Chang, Yen-Chiang. 2012. *Ocean Governance: A Way Forward*. London and New York: Springer.
- Clausewitz, C. 1982. *On War*. London: Penguin.
- Colombus, C.J. 1967. "International Law of the Sea." *Journal on the Law of the Sea*, 8 May, 6 ed.: 1.
- Corbett, Julian. 1911. *Some Principles of Maritime Strategy*. London, England: Longmans.
- Cumings, B. 2009. *Dominance from sea to sea: Pacific ascendancy and American Power*.
- Dawson, Linda. 2018. *War in Space: The Science and Technology Behind Our Next Theater of Conflict*. Springer-Praxis Book.
- Edgerton, M. 2013. *A practitioner's guide to effective maritime and port security*. Hoboken, New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.
- Ekpeyong, O. 1983. "Geographical Perspectives on the Security of Nigerian Waters." NIIA conference. Lagos: *National Institute of International Affairs*, Nigeria. 28.
- Elinor, Camille. 2011. *Modern military strategy: an introduction*. London and New York: Routledge.

- Francalanci, G.P. 2007. "The UN Convention on Law of the Sea." *The International Hydrographic Review*, 5 August: 107-115.
- Gates, David. 2003. *Sky wars: A history of military aerospace power*. London: Reaktion Books Ltd.
- Gilbert, G.P. 2008. *Ancient Egyptian Sea Power and the Origin of Maritime Forces*. Australia: Sea Power Centre.
- Gorshkov, Seigei. 1974. *Navies in War and Peace*. Annapolis: Naval Institute Press.
- Gray, Colin S. 2016. *Strategy and Politics*. London and New York: Routledge.
- Gray, Colin S. 2002. *Defining and Achieving Decisive Victory*. Carlisle, PA: Strategic Studies Institute.
- Gray, Colin S. 2015. *The Future of Strategy*. Cambridge: Polity.
- Grove, Eric. 1990. *The Future of Sea Power*. London, England: Routledge.
- Hall, John Whitney. 2005. *History of the World*. World Publication Group Int.
- Harding, Richard. 2005. "Amphibious Warfare, 1930-1939." In *The Royal Navy, 1930-2000*, by Harding Richard, 48. New York: Frank Cass.
- Herbert-Burns, Rupert; Bateman, Sam; Lehr, Peter. 2009. *Lloyd's MIU handbook of maritime security*. Boca Raton, FL: Auerbach Publications.
- Hosti, K. J. 2001. *International Politics: A Framework for Analysis*. 8. New Jersey: Prentice Hall.
- Hurd, Archibald. 1916. *If there were no Navies*. London, England: J A S Truscott.
- IAJAFP. 2008. "The July Crisis:: The Pirates of Lake Champlain." wordpress.com. *Mumbling and Drooling Corner and Part 1 Great War Economics*. 6 May. Access on Apr. 11, 2019. <http://inthecornermumblinganddrooling>.
- Jung-pang, L. 2012. *China as a Sea Power, 1127-1368: A Preliminary Survey of the Maritime Expansion and Naval Exploits of the Chinese People During the Southern Song and Yuan Periods*. Edited, and with commentary, by Bruce A. Elleman. Singapore: National University of Singapore Press.
- Kissinger, Henry. 1990. *Nuclear Weapons and Foreign Policy*. New York: Norton.
- Klein, John J. 2006. *Space Warfare: Strategy, Principles and Policy*. London: Routledge.
- Kraska, J. 2011. *Maritime power and the law of the sea: expeditionary operations in world politics*. Oxford and New York: Oxford University Press, Inc.
- Lambert, Andrew. 2004. "Great Britain and Maritime Law from the Declaration of Paris to the Era of Total Wars ." In *Navies in Northern Waters, 1721-2000*, by T. Kristainsen R.Hobson, 27. New York: Frank Cass.

- Luard, E. 1977. *The Control of the Sea-bed: An Updated Report*. New York: Taplinger Publishing Company.
- M.A.Ajomo. 1983. "Protecting Nigeria's Four Sea Zones." NIIA Conference. Lagos: *National Institute of International Affairs*. 18.
- Mahan, Alfred Thayer. 1890. *The Influence of Sea Power upon History, 1660-1783*. Boston, Massachuset: Little, Brown.
- Morgenthau, Hans. 2006. *Politics Among Nations: The struggle for Power and Peace*. 6. New York: McGraw Hill.
- Mowthorpe, Mattew. 2004. *The Militarization and Weaponization of Space*. Lanham: Lexington Books.
- Murfett, Malcolm. 2003. *Naval Warfare: An Operational History of the Volatile War at Sea*. New York, New York: Routledge.
- Nwachukwu, I.O.S. 1983. "The Security of Maritime Waters." *National Institute of International Affairs*. Lagos: NIIA. 4-7.
- O'Brien, Phillips Payson. 2015. *How the war was won: air-sea power and Allied victory in World War II*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Patalano, A. 2015. *Post-war Japan as a sea power: imperial legacy, wartime experience and the making of a navy*. London and New York: Bloomsbury.
- Politakis, G. 1995. "The Aegean Agenda." *International Journal of Marine and Coastal Laws*, 3 September: 498.
- Pugh, Phillip. 2005. "Managing the Aerial Threat." *Chap. 7 in The Royal Navy, 1930-2000*, by Harding Richard, edited by Richard Harding, 27. New York, New York: Frank Cass.
- Raja, Menon. 1998. *Maritime Strategy and Continental Wars*. New York: Frank Cass.
- Richard, Hill. 2006. "British Naval Thinking in the Nuclear age." In *Developments of British Naval Thinking- Essays in Memory of Bryan Raft*, by Richard Hill, 169. New York: Routledge.
- Seigei, Gorshkov. 1979. *The Sea Power of State*. Oxford: Pergamon.
- Silburn, Pascal. 1912. *The Evolution of Sea Power*. London, England: Green Longman.
- Syngé, M.B. 2010. *The Struggle for Sea Power*. Chapel Hill, North Carolina: Yesterday's Classics.
- The Nigerian Military. 1988. "A Naval Miscellany." In *Lectures Notes on Maritime Strategy*, by Command and Staff College, 40. Jaji, Kaduna: Command and Staff College.

- The Nigerian Military. 1988. "Some Further Modern Thought." In *Lecture Notes on Maritime Strategy*, by Command and Staff College, 41. Jaji, Kaduna: Command and Staff College.
- The Nigerian Navy. 1988. "Sea Power and History." In *Sea Power: Agenda for National Survival*, by A.O.Oladimeji, edited by Olutunde Oladimeji, 83. Lagos: Directorate of Information.
- Thucydides. 1928. *History of the Peloponnesian War*, Book II. English translation by Charles Forster Smith (revised). Cambridge: Harvard University Press
- Till, Geoffrey. 1987. *Modern Sea Power- An Introduction*. London: Brassey's Defence Publishers.
- Till, Geoffrey. 2006. "Richmond and the Faith Reaffirmed: British Naval Thinking between the Wars." In *Developments of British Naval Thinking-Essays in Memory of Bryan Raft*, by Till Geoffrey, 169. New York: Routledge.
- Ugowe, S.A. Latinwo and E.O. 1983. "Security in Nigerian Territorial Waters: The view from the Nigerian Police." NIIA Conference. Lagos: *National Institute of International Affairs*. 60.
- United Nations. 1982. "United Nation Third Convention on the Law of the Sea." UN Third Convention on the Law of the Sea, 4 December: 2.
- Van Riper, Bowdoin A. 2004. *Rockets and Missiles: The Life Story of a Technology*. Westport: Greenwood Press.
- Wescott, Alan. 1918. *Mahan on Naval Warfare: Selections from the Writings of Rear Admiral Alfred Thayer Mahan*. Boston, Massachusset: Little Brown.
- Willmott, H. P. 2009. *The last century of sea power: Volume One: from Port Arthur to Chanak, 1894-1922*. Bloomington: Indiana University Press.
- Willmott, H. P. 2010. *The last century of sea power: Volume Two: From Washington to Tokyo, 1922-1945*. Bloomington: Indiana University Press.
- Wood, Alan. 2007. *The Romanov Empire, 1613-1917: Autocracy and Opposition*. New York, New York: Hodder Arnold Publication.
- Yakubu, Usman. 2010. "The Role and Importance of the Navy". Edited by Mrs. P.O Onabu. *Journal of the Nigerian Navy Engineering College* 2 (2): 41.

RESUMO

O domínio mar / marítimo é uma fronteira crítica da exploração e exploração humana para a produção de alimentos, transporte, comércio, pesquisa, comunicação, mineração, defesa, segurança, projeção de poder e prestígio no sistema internacional. Isso a tornou uma fronteira de cooperação estratégica, competição e conflito. Consequentemente, o mar foi militarizado por Estados litorâneos, o que levou ao surgimento de poderes navais, através do tempo e do espaço. O poder naval é estrategicamente relevante na defesa, segurança e projeção de poder, como fica evidente em seus papéis na guerra, dissuasão, policiamento e diplomacia ao longo da história. Isso é ainda mais pronunciado durante a era de ouro do poder naval, quando os papéis da marinha foram decisivos nos resultados da guerra, defesa e conquista territorial, construção e manutenção de impérios, negociação, industrialização, comércio e policiamento global. No entanto, a relevância estratégica do poder naval sofreu mudanças notáveis com o surgimento das potências aéreas, nucleares e espaciais. Neste contexto, este artigo examina a relevância estratégica duradoura do poder naval no último século, diante de seus desafios e perspectivas entre outros instrumentos de força e fronteiras de defesa, segurança e projeção de poder que surgiram.

PALAVRAS-CHAVE

Poder Naval; Marinha; Poder Marítimo; Forças Armadas.

Recebido em 21 de abril de 2021

Aprovado em 06 de novembro de 2021

Traduzido por Maria Gabriela Vieira